

HIPÓTESES SOBRE O CONTRIBUTO DOS PORTUGUESES NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO PÓS-GUERRA¹

HERMANO CARMO

Nota prévia

Ao longo das linhas que se seguem, procurarei apresentar algumas reflexões sobre o **papel específico dos portugueses na reconstrução** dos novos países lusófonos.

Trata-se de uma questão que me acompanha de perto desde 1995, ano em que voltei a Angola ao serviço da Universidade Aberta em viagem exploratória, para indagar das possibilidades de cooperação com as autoridades locais em matéria de organização de sistemas de ensino superior a distância.

Tenho consciência que o tema é escorregadio uma vez que, apesar da auto-vigilância que procurarei manter ao longo da exposição, a subjectividade espreitará permanentemente, por detrás das minhas memórias africanas, interiorizadas no fogo dos afectos vivenciados.

Não tenho dúvidas que é grande o risco, de cair num discurso tendencialmente paternalista ou mesmo messiânico. No entanto, penso que não o será mais que o de eventuais aproximações falsamente objectivas, mediatizadas por pesquisa documental e por especulação doutrinária, mascarada de teoria sociológica, como muito bem o têm referido autores como Josué de Castro (1975:25)² ou Remi Hess (1982).

A tentativa será feita em quatro etapas:

- Primeiramente procurarei delimitar o problema da reabilitação pós-guerra, a partir de um modelo sugerido por Armiño (1997)³ e da reflexão sobre a minha experiência pessoal de cooperação com organizações de Angola, no domínio do ensino a distância.

- Seguidamente, examinarei a uma escala mais reduzida alguns aspectos do processo de cooperação à luz de um modelo de análise da intervenção social como sistema dinâmico.
- Em terceiro lugar recorrerei a dois pensadores brasileiros para sublinhar alguns aspectos característicos do modo como os portugueses têm lidado com outros povos.
- Terminarei esboçando algumas hipóteses sobre o potencial cultural dos portugueses como recurso estratégico para a reabilitação pós-guerra dos países africanos lusófonos, procurando identificar alguns traços que definam um quadro de ameaças e de oportunidades estratégicas.

1. O contexto e o problema

1.1. O contexto: uma sociedade em fibrilhação

Uma das realidades mais trágicas que temos vindo a testemunhar há já quase quarenta anos, é a da destruição dos dois maiores territórios africanos de expressão oficial portuguesa, em virtude de uma situação de guerra prolongada, iniciada no início dos anos sessenta com a luta pelas independências, seguida de conflitos fratricidas particularmente virulentos.

Dada a sua natureza geralmente não convencional, estes últimos têm produzido nas sociedades civis um *efeito de fibrilhação* semelhante, à escala social, ao que acontece aos indivíduos com certas doenças do foro cardiovascular, cujo coração perde a capacidade de funcionar normalmente (sístole/diástole), deixando de bombear sangue suficiente para o resto do corpo.

De acordo com Karlos Armiño (1997: 21) tais guerras apresentam algumas características diferenciadoras (quadro 1):

Quadro 1 — Características frequentes das guerras civis

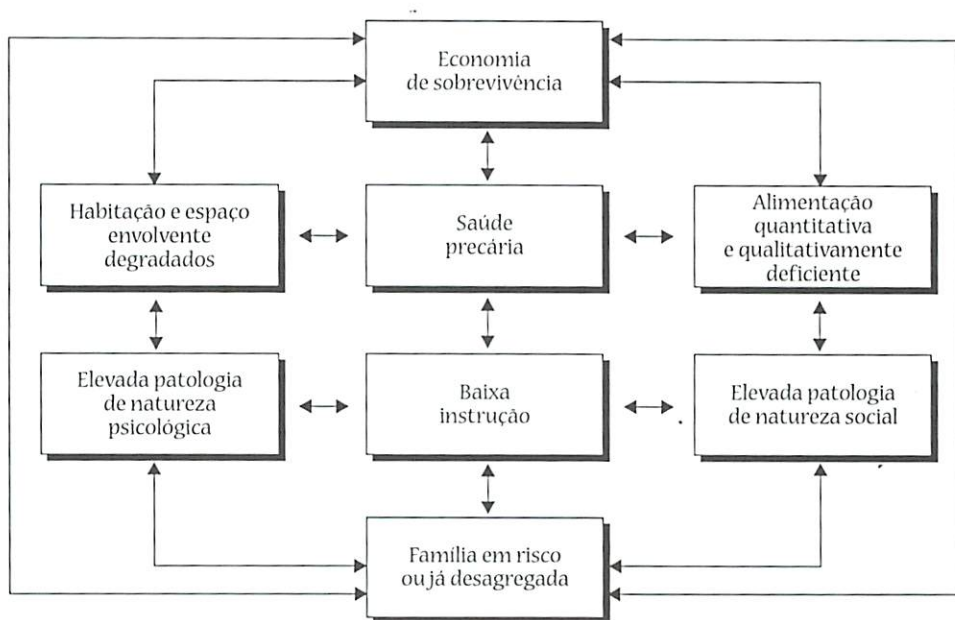
| | |
|--------------------------|--|
| Objectivos: | Destruir ou apropriar-se dos recursos do inimigo a fim de o subjugar |
| Combatentes: | Milícias e grupos paramilitares dificilmente controláveis pelos senhores da guerra, particularmente em relação a abusos cometidos sobre a população não combatente. |
| Tática frequente: | Destruir ou neutralizar os recursos alimentares do inimigo recorrendo a incursões destruidoras sobre as zonas cultivadas e à minagem de áreas de produção alimentar e de vias de comunicação |

- Identificação do inimigo:** Dada a sua natureza de guerra civil a noção de inimigo é diluída confundindo-se, consciente ou involuntariamente, combatentes com populações civis. Restrição da livre circulação de pessoas e bens a fim de controlar a população potencialmente hostil
- Abastecimento das tropas:** Recurso frequente à confiscação e ao saque de populações civis.

Fonte: Armiño, 1997.

Os seus efeitos são particularmente danosos para as populações fazendo-as entrar e permanecer numa situação de **pobreza absoluta** (Carmo, 1999: 124) cujos principais elementos se encontram equacionados no Quadro 2:

Quadro 2 — Modelo integrador de uma subcultura de pobreza



Fonte: Carmo, 1993:325.

- A situação de **economia de sobrevivência** obriga as comunidades vítimas da guerra a concentrar quase exclusivamente as suas energias, no sentido de

capturar os recursos necessários para sobreviver. Neste contexto, a economia de mercado frequentemente regride para formas de economia de subsistência associadas a sistemas de troca de bens e serviços essenciais, a que se associam comportamentos especulativos, que exploram os poucos recursos que restam e os que chegam provenientes de doações internacionais. Deste modo, a conquista da sobrevivência diária é o principal objectivo.

- A segunda característica liga-se à habitação: Com efeito, as **zonas** devastadas pela guerra são normalmente **degradadas e inseguras**, frequentemente minadas e armadilhadas, ou infestadas por lixo biodegradável (cadáveres de animais e humanos) constituindo perigos permanentes para a saúde pública. A **habitação**, encontra-se muitas vezes destruída, e os abrigos precários não possuem condições para uma qualidade de vida socialmente aceitável. O exíguo espaço disponível, cria condições de amontoamento e de falta de intimidade.
- A situação existencial que se acaba de descrever encontra-se normalmente associada a condições de **saúde precária**, traduzidas em altas taxas de morbilidade e maiores taxas de mortalidade de menores de cinco anos que as verificadas nas áreas circundantes o que agrava significativamente a situação destas comunidades.
- Um aspecto que se liga directamente à questão da saúde, é o das **carências alimentares**: regista-se com frequência que este tipo de população tem uma alimentação deficiente, quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo, uma vez que um dos objectivos da guerra é o de retirar os meios de subsistência ao adversário. Mesmo quando é promovido o envio de **ajuda alimentar** do exterior esta é parcialmente perdida, **desviada** pelos senhores da guerra, por oportunistas civis ou simplesmente por gente desesperada e faminta que na ânsia de obter sustento pilha e assambarca parte dos recursos alimentares disponíveis.
- A permanente insegurança em que se vive constitui um sério obstáculo à manutenção dos sistemas educativos. Isto tem como consequência o agravamento dos **níveis de instrução e formação profissional**, com implicações imediatas sobre o rendimento familiar e, a longo prazo, sobre a reprodução da situação de dependência.
- As **famílias** que não foram directamente destruídas pela guerra são-no por todos estes factores. Como resultado observa-se, nestas comunidades, **índices elevados de patologia psicológica e de problemas sociais de comportamento desviado** (alcoolismo, toxicodependência, prostituição, etc.) (Carmo, 1993:326).

1.2. O problema: a reabilitação pós-guerra

Neste quadro devastador, a questão da reabilitação pós-guerra apresenta-se como uma quase utopia, uma vez que o gigantesco volume das necessidades ultrapassa em larga medida os recursos disponíveis a curto prazo. Para fazer face a esta situação é indispensável, antes de mais, que toda a acção a empreender obedeça a alguns princípios norteadores, que permitam torná-la mais eficaz e mais eficiente. Concretizemos:

A questão da eficácia

Para que uma acção seja eficaz é necessário que os **resultados obtidos correspondam aos previstos**. Isto remete-nos para a questão do **planeamento** que deve ser cuidadosamente meditada: se o planeamento de um programa de reabilitação deve ser suficientemente rigoroso para permitir **identificar os alvos** a atingir e **congregar esforços** em torno de acções comuns, interessa referir que o excessivo perfeccionismo tecnicista pode fazer cair os agentes de intervenção naquilo que já foi chamado *síndrome de paralisia por análise* (Peters e Watterman, 1987), situação em que um determinado sistema interventor gasta a maior parte dos seus recursos a analisar a situação desviando-se da finalidade essencial que é **produzir efeitos de aperfeiçoamento** na situação-problema.

Por outro lado, não basta que os objectivos sejam bem definidos: é necessário que sejam definidos por **quem deve fazê-lo**, o que põe a questão da negociação entre os agentes externos e os decisores representantes da população cliente. É fundamental que tal negociação seja feita numa base de **reciprocidade**, sob pena de não ultrapassar a fase da **intenção de acção**. A definição dos objectivos deverá, portanto, exprimir o *querer comum* dos protagonistas (Pintasilgo, 1985). Estas precauções remetem-nos para o aspecto central da nossa reflexão, a influência decisiva da **formação das pessoas** envolvidas no processo.

A questão da eficiência

Este aspecto torna-se particularmente evidente se pensarmos que qualquer processo de intervenção para além de eficaz **tem de ser eficiente**, isto é, deve procurar **optimizar os resultados em relação aos recursos disponíveis**. Vejamos porque:

A questão da eficiência põe duas outras questões que lhe estão a montante, a da **identificação dos recursos** e a da sua **hierarquização**.

A **identificação dos recursos disponíveis**, é um acto eminentemente humano, que exige **competência técnica** mas também **criatividade** e **inteligência emocional**.

- **Competência técnica**, porque o reconhecimento da sua existência depende muitas vezes de conhecimentos jurídicos, económicos, financeiros, sociológicos e psicológicos que permitam localizá-los.

- **Criatividade**, porque um recurso não é sempre evidente, exigindo um esforço de interpretação da realidade para além do imediatamente visível (Drucker, 1986): o petróleo só deixou de ser considerado um líquido pegajento e malcheiroso que estragava a agricultura quando alguém com criatividade lhe reconheceu o seu valor energético. Do mesmo modo, as populações vítimas de processo de guerra só deixarão de ser consideradas simples objectos de comiseração de terceiros quando, com criatividade, lhes forem reconhecidos os seus talentos para ultrapassar tal situação.
- Finalmente **inteligência emocional**, porque um dos recursos fundamentais para a ultrapassagem destes problemas-limite, é justamente a **vontade humana** como muitas investigações recentes o têm demonstrado (Damásio, 1994, Goleman, 1997ab). Para sobreviver, qualquer população vítima de guerra necessita de adquirir níveis mínimos de **coesão** e **locomoção**, que lhe permitam **combater os efeitos dissociativos da insegurança** provocada, nomeadamente a **competição** e o **conflito** pela sobrevivência, **substituindo-os por forças associativas de cooperação e solidariedade** que as dotem da **autonomia** necessária à mudança desejada. E isto só é possível mobilizando as energias emocionais dos protagonistas em torno do projecto de reconstrução.

O outro aspecto a ter em conta para garantir um máximo de eficiência aos projectos de reconstrução de uma sociedade devastada pela guerra é o da **hierarquização dos recursos**, uma vez que estes são sempre escassos para fazer face às necessidades, não sendo legítimo desperdiçá-los.

Da análise dos recursos disponíveis, é nossa convicção que **os mais valiosos são as pessoas envolvidas**, delas dependendo todo o êxito dos projectos. Com efeito, **todas as acções indispensáveis à reconstrução pós-guerra** (avaliação das necessidades e recursos, planeamento das acções, captura de meios, sensibilização da opinião pública interna e internacional, implementação dos projectos), **dependem do contributo de uma multiplicidade de**

- **decisores políticos** internacionais, nacionais e locais,
- **técnicos e militantes** de organismos públicos⁴ e de ONGs⁵,
- **empresários**
- e dos **próprios cidadãos** vitimados pela guerra,

sem o qual não se torna possível a invenção do futuro.

1.3. A cooperação como instrumento de mudança

E neste quadro estratégico de **privilegiar o investimento nos recursos humanos** que deve ser colocada a política de cooperação internacional, não só em acções de emergência, mas também em projectos estruturantes, que procurem responder

à **necessidade de investir na formação de quadros locais**, nomeadamente na de professores e outros formadores, tendo em vista a **autonomização**, a médio prazo, de **centros de excelência** para o desenvolvimento de recursos humanos nacionais, regionais e locais, numa moldura estratégica de **desenvolvimento sustentado**.

Uma arma de dois gumes⁶

Uma tal política de cooperação, baseada em princípios de solidariedade, parece ser a forma mais **realista** de enfrentar o problema, uma vez que todos os protagonistas ganham com isso. Mas para que tal aconteça é indispensável, a meu ver, respeitar certos princípios básicos (Carmo, 1998: 97-98):

- o **princípio da reciprocidade** que determina que ambas as partes reconheçam as vantagens mútuas e combatam quaisquer desconfianças fundamentadas na sua condição de antigos colonizadores ou de antigos colonizados;
- o **princípio da adequação** que aconselha que a cooperação seja feita de acordo com as **necessidades e recursos existentes e não por imposição de interesses sectoriais**, alheios às finalidades pretendidas;
- o **critério da economia** que defende que, em igualdade de circunstâncias, se devem usar sempre as estratégias mais baratas, aquelas com que os agentes estejam mais familiarizados, e/ou aquelas que disponham de melhores infra-estruturas⁷;
- o **critério da interactividade** que chama a atenção para a necessidade de assegurar um limiar mínimo de interactividade entre cooperantes a fim de evitar a criação de filtros comunicacionais e aumentar a teia de cooperação;
- o **critério da alternativa** pelo qual, para cada objectivo de cooperação há que desenhar várias soluções e escolher a melhor de acordo com as circunstâncias; aplica-se claramente aqui, a conhecida tese de Deng Xiao Ping, «quando não se tem cão caça-se com um gato».

Se estes princípios não forem respeitados, a cooperação transforma-se num **presente envenenado**, criando **efeitos de dependência** na população e gerando **situações de mudança não sustentada** com inevitáveis agravamentos a médio prazo. Para que tal não aconteça, **tem de ser rigorosamente enquadrada, não só em critérios técnicos mas também numa filosofia personalista que lhe dê consistência**. Neste contexto, novamente sobressai a **valorização das pessoas envolvidas**, que são os principais recursos em jogo, tanto as que integram o sistema cooperante como as que fazem parte da população local.

Um instrumento de intervenção social⁸

A cooperação assume-se, assim, como um acto de **intervenção social⁹** em que o cooperante, como interventor num processo de mudança planeada, deve tomar algumas precauções que permitam otimizar o seu papel (Carmo, 1999:41-42).

Em primeiro lugar, **deve conhecer a cultura do sistema-cliente**, ou seja, a população-alvo da cooperação, assim como as suas principais especificidades (idade, género, estatuto social, particularidades étnicas e linguísticas, etc). Paulo Freire, o conhecido educador brasileiro, refere que o interventor social deve tentar entender *por dentro* as pessoas com quem trabalha, tal como quem observa um vitral: só é possível observar convenientemente um vitral se nos colocarmos do lado de dentro do edifício, de modo a que o sol o ilumine.

Em segundo lugar, para que a sua acção seja eficaz, **é necessário que o cooperante se conheça a si próprio e exerça uma rigorosa auto-vigilância sobre os seus actos**: só a partir desta autoscopia permanente é possível controlar a sua acção, necessariamente emoldurada pela cultura que interiorizou que lhe moldou um conjunto de valores e atitudes próprios, os quais condicionam o seu modo de ver o Mundo e a Vida e os seus comportamentos, traduzidos em opiniões e condutas profissionais. **Nenhuma intervenção social é inócua**, decorrendo da postura do interventor como cidadão e como pessoa. É condição de eficácia da acção, portanto, que este assuma um posicionamento autocrítico sobre o seu desempenho. Só este lhe pode permitir evitar comportamentos errados, frutos de preconceitos e esteriótipos sobre o sistema-cliente.

Em terceiro lugar, o cooperante **deve conhecer** os principais elementos que integram o **ambiente** da intervenção (políticos, económicos e socioculturais), que lhe traçam um quadro de **ameaças** e de **oportunidades** estratégicas.

Finalmente, deve estar atento a todos os elementos que configuram a **interacção** decorrente do processo de intervenção social, nomeadamente os que integram o **sistema de comunicações** em presença quer estas se façam sob forma **presencial** quer a **distância**. Nas comunicações feitas presencialmente deve o cooperante estar atento tanto às mensagens verbais como às não verbais (por exemplo, mímico-gestuais e icónicas). Nas comunicações a distância, ou seja, naquelas em que a relação interventor-cliente é mediatizada por qualquer medium, torna-se indispensável que este saiba **escolher os suportes** de mediatização adequados (scripto, audio, video ou informático) e **os canais** de comunicação de que se vai servir (terceiras pessoas, correio, rádio, televisão, internet) de modo a evitar a ocorrência de **filtros comunicacionais**.

2. Os portugueses e o processo de reabilitação

Definida a **moldura** que delimita a nossa reflexão, ou seja

- um **contexto social complexo e ameaçador**, marcado por guerras fratricidas prolongadas e por catástrofes naturais, que põem em risco a viabilidade nacional dos dois maiores países lusófonos recém independentes,

- a **necessidade de uma intervenção externa** que seja simultaneamente eficaz, eficiente e urgente, que permita salvar as populações da sua morte como povo,
- o reconhecimento de que tal intervenção exige, antes de mais, o **aproveitamento dos recursos humanos** existentes,
- e finalmente que obriga a particulares **precauções** por parte do cooperante de modo a otimizar a intervenção,

devemo-nos interrogar, sem complexos nem paternalismos, sobre se os portugueses podem desempenhar algum papel nesse processo, como recurso ao serviço da reabilitação de Angola, Moçambique (e agora, por motivos diferentes, de Timor também).

Dito de outro modo, interessa saber se, para além da vontade política frequentemente manifestada por ambas as partes na presente conjuntura, o meio milénio de convívio entre dois tipos de povos trouxe algum **valor acrescentado** que deve ser posto a render nesta difícil situação.

2.1. Uma tentativa de autoscopia a partir de dois *espelhos* externos

Um primeiro contributo para essa reflexão poderá ser dado pela observação do papel desempenhado pelos portugueses, como povo dotado de uma cultura original, na formação do maior país lusófono, o Brasil, salvaguardadas as evidentes diferenças devidas ao espaço e ao tempo em que tal processo ocorreu.

Para essa tentativa de *autoscopia*, recorrei ao pensamento de dois grandes cientistas sociais brasileiros — Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro — que servirão de **espelhos** onde poderemos colher **indícios sobre o potencial e as limitações da cultura portuguesa** neste processo.

A escolha destes dois *olhares externos* procurou proporcionar uma perspectiva distanciada sobre o objecto de estudo¹⁰, **tanto do ponto de vista cultural**, dada a sua condição de estrangeiros, **como temporal**, uma vez que o seu trabalho científico incidiu sobre o meio milénio de convívio entre Portugal e Brasil.

Apresentemos pois, brevemente, os portadores desses olhares, para de seguida colher alguns dos seus pontos de vista sobre a especificidade do modo português de se relacionar como o Outro.

Gilberto Freyre

Gilberto Freyre (1900-1987) nasceu e passou a infância em Recife. Com 17 anos foi estudar para os Estados Unidos onde obteve o grau de Mestre em Ciências Políticas Jurídicas e Sociais na Universidade de Colúmbia, após ter estudado com Giddings (sociólogo), Franz Boas (antropólogo) e Seligman (economista) e outros

académicos ilustres daquela Universidade e convívio com figuras de referência como John Dewey (pedagogo) e Tagore (filósofo).

Completo a sua formação académica na Europa (Inglaterra-Oxford, Alemanha, França e Portugal), tendo leccionado Antropologia Social e Cultural e Pesquisa Social (Metodologia) como professor convidado em universidades americanas (Stanford, Michigan e Colúmbia) e brasileiras (Pernambuco).

Autor de uma volumosa obra científica e literária, a sua **teoria sobre a adaptação dos portugueses nos trópicos** encontra-se esboçada em *Casa Grande e Senzala* (1933)¹¹ e desenvolvida em diversos estudos como *O mundo que o português criou* (1940), *Integração portuguesa nos trópicos* (1958)¹², *New world in the tropics* (1959), *O luso e os trópicos* (1961).

A crítica a que a obra de Gilberto Freyre foi frequentemente sujeita, foi fundamentalmente de ordem ideológica, à semelhança do que se tem observado com outros autores como Maquiavel que, ao descreverem comportamentos politicamente incorrectos, são acusados de defenderem esses mesmos comportamentos. Tal como em relação a Maquiavel, a obra de Freyre foi ideologicamente aproveitada, neste caso para legitimar a política portuguesa do Estado Novo face aos territórios ultramarinos e atacada pelo mesmo motivo.

A par destas reacções de natureza ideológica de duplo sentido, o modo rigoroso como tratou esta complexa questão granjeou-lhe a admiração da comunidade académica.¹³

Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro, por exemplo, apesar das suas diferenças ideológicas, explicitou por diversas vezes uma enorme admiração por Freyre e pela sua independência científica, considerando que ele *não só se manteve independente, sem se fazer seguidor de nenhum mestre estrangeiro, mas se fez herdeiro de todos os brasileiros que se esforçaram por nos compreender* (1997:121)¹⁴.

Este antropólogo (1922-1997) nasceu em Montes Claros, uma pequena cidade de Minas Gerais. Após uma curta estadia em Belo Horizonte e no Rio para estudar Medicina, fixou-se em S. Paulo onde, a par da sua militância como jovem comunista, se inscreveu na Escola Livre de Sociologia e Política tendo lá concluído a sua formação em Antropologia. Nessa escola foi aluno de Donald Pierson¹⁵, o professor americano que levou os conhecimentos da Escola de Chicago para o Brasil¹⁶.

Começando por se notabilizar como antropólogo através da publicação de uma obra notável, fruto de dez anos de trabalho de campo ao serviço do Conselho Nacional de Protecção aos Índios sob orientação do carismático marechal Rondon, Darcy igualmente se tornou conhecido como educador¹⁷ e como político¹⁸.

Internacionalmente conhecido e consagrado à semelhança de Freyre, Darcy tem também numerosos escritos¹⁹ em que combina o seu treino empírico de antropólogo com uma erudição histórica invulgar. Desses trabalhos interessa

particularmente *O povo brasileiro* (1998), o maior desafio que enfrentou segundo confessa no prefácio, em que procurou descrever e interpretar a formação multicultural e a evolução do povo brasileiro ao longo de meio milênio.

2.2. Potencial e limitações dos portugueses vistos pelos dois brasileiros

Apresentados os dois autores, vejamos alguns dos seus pontos de vista sobre o potencial e limitações dos portugueses, revelados ao longo de quinhentos anos de contacto.

A perspectiva de Gilberto Freyre

Uma primeira característica, que perpassa ao longo de *Casa Grande e Senzala* e que constitui simultaneamente uma qualidade e um defeito, é a sua **capacidade de adaptação**, decorrente de uma **cultura redonda**, aparentemente sem arestas excessivamente afirmativas. Comparando-os com os colonizadores espanhóis e com os ingleses, Freyre afirma, a este propósito:

(...) «Figura vaga, falta-lhe o contorno ou a cor que a individualize entre os imperialistas modernos. Assemelha-se nuns pontos à do inglês, noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Perú; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis» (Freyre, 1999: 189, negrito nosso).

A sua **forte adaptação a condições novas** observa-se nas diferenças entre a colonização do nordeste brasileiro e do sertão paulista.

No NE, ela foi condicionada pela monocultura da cana do açúcar que implicou uma **organização semi-feudal estável**, assente espacialmente na complementaridade económica e social da casa grande e da senzala, consubstanciada numa sociedade fortemente mestiçada de escravas africanas e de senhores europeus, como sintetiza magistralmente Freyre:

«Sem deixarem de ser relações (...) de «superiores» com «inferiores» e, no maior número dos casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui, corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme (...) entre a casa-grande e a senzala.» (...)

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização (...) foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação- (Freyre, 1999: 1).

Diferentemente, no sertão paulista, as bandeiras que penetraram no seu interior foram essencialmente constituídas por mamelucos, descendentes de portugueses e índias, com um **estilo de vida** bem mais próximo do **nomadismo tupi** que do sedentarismo nordestino.

Esta flexibilidade em se adaptar a novas situações reflectiu-se também, no entender de Gilberto Freyre, nalguns dos seus defeitos:

-Os defeitos espanhóis são góticos, com a tendência para o alongamento mórbido. A ferrea austeridad exagerada em crueldade. O orgulho em fanfarronice quixotesca. A valentia em bravata. Mas conservada a nobreza angulosa do todo. A deformação do português tem sido sempre no sentido horizontal. O achatamento. O arredondamento. O exagero da carne em enxúndia²⁰. (...) Sem aguçar-se nunca no aristocratismo do castelhano, no que o português se antecipou aos europeus foi no burguesismo(...), mas com contornos feudais: um feudalismo ultramarino, num povo que, segundo Herculano mal conheceu o feudalismo- (Freyre, 1999:190)

Adiante, Freyre defende que a identidade da colonização portuguesa no Brasil foi escorada no **ódio plebeu a inimigos políticos e religiosos comuns** tal como se havia plasmado a identidade nacional:

-A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos diferentes grupos contra a heresia, ora encarnada pelo francês, ora pelo inglês ou holandês; às vezes simplesmente pelo bugre. Repetiu-se na América, entre portugueses disseminados por um território vasto, o mesmo processo de unificação que na Península: cristãos contra infiéis- (op.cit: 192)

Da leitura de *Casa Grande* infere-se que, a peculiar forma de adaptação dos portugueses aos trópicos, fez com que a colonização do Brasil apresentasse algumas características típicas:

- Do ponto de vista **material**, assentou numa **economia** de monocultura e latifúndio, baseada em mão-de-obra intensiva (escrava), observando-se uma **forte aculturação material na adaptação das habitações** (cruzamento de necessidades de coexistência espacial de senhores e escravos, em torno de um projecto económico e de uma religião que permitia a coesão e a legitimação da sociedade em formação), **na alimentação e no próprio vestuário**.
- Do ponto de vista **social**, tratou-se de uma colonização inicialmente de

homens o que, combinado com os padrões de cultura locais e com uma relação de exploração escravocrata facilitou a **miscigenação** tanto com índias como com africanas.

- Do ponto de vista **ideológico**, a aculturação fez emergir uma sociedade pluricultural, ainda que dominada pela **religião cristã na sua expressão católica**, permitindo a coexistência de diferentes religiões e de outras expressões culturais²¹ sob uma multiplicidade de formas combinadas.

A perspectiva de Darcy Ribeiro

Em *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro (1922-1997) apresenta uma visão claramente convergente com o ponto de vista de Gilberto Freyre, sublinhando, no entanto, alguns aspectos interessantes.

Antes de mais faz referência à combinação de dois factores que terão contribuído para a expansão portuguesa, a **precoce unificação nacional** e a **revolução tecnológica** que lhes deu acesso ao mundo inteiro (1998:67).

Em segundo lugar chama a atenção para a **importância do cunhadismo** no processo de miscigenação, retirando o monopólio do protagonismo aos portugueses:

«A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.»

Isto se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório, que relaciona uns com os outros, todos os membros de um povo.

(...) «Como cada europeu (...) podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra. (...) A função do cunhadismo (...) foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efectivamente ocupou o Brasil.» (1998: 81-82)

Um aspecto várias vezes referido por este autor e que aliás Gilberto Freyre também não ignorara, foi a **importância da Igreja** em todo este processo, não só através de um proselitismo com efeitos culturalmente homogeneizadores (1998:313-314)²² mas também como protagonista activa de defesa dos direitos dos índios²³, ainda que por vezes de um modo desajeitado e com efeitos contrários aos desejados²⁴.

Um facto determinante na evolução da sociedade brasileira foi, no entender deste autor, a **presença em força de grande parte da elite portuguesa aquando das invasões napoleónicas**, o que permitiu um processo de modernização do país e de consolidação da identidade nacional²⁵:

(...)-O Brasil que nunca tivera universidades recebe de abrupto toda uma classe dirigente competentíssima que, naturalmente, se faz pagar apropriando-se do melhor que havia no país. Mas nos ensina a governar. Enquanto a América hispânica se esfacela e em cada porto se inventa uma nação pouco viável, aqui, apesar das imensas diferenças regionais, se mantém a unidade- (1998: 157).

Em resumo, no entender de Darcy Ribeiro, o resultado de todo este processo foi a formação de uma **nação intercultural**, com **uma identidade formada por múltiplas pertenças**, em que **todas as componentes culturais são assumidas sem rejeição**:

-Conquanto diferenciados em suas matrizes raciais e culturais e em suas funções ecológico-regionais, bem como nos perfis de descendentes de velhos povoadores ou de imigrantes recentes, os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente pertencente a uma mesma etnia. Vale dizer, uma entidade nacional distinta de quantas haja, que fala uma mesma língua, (...) participando de um corpo de tradições comuns mais significativo para todos que cada uma das variantes subculturais que diferenciaram os habitantes de uma região, os membros de uma classe ou descendentes de uma das matrizes formativas- (Ribeiro, 1998:22).

-Seu produto real foi um povo-nação aqui plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera do seu destino- (op. cit.: 68).

3. Os portugueses como recurso estratégico para a reabilitação pós-guerra

Desta breve viagem pelo pensamento dos dois autores escolhidos, ressalta uma **característica típica da cultura portuguesa**, a sua **fácil adaptação à mudança**, que **tanto pode constituir uma potencialidade** a explorar nos processos de cooperação, pela necessidade de responder a situações desconhecidas com recursos exíguos, **como uma limitação**, justamente pela tentação permanente do improviso com efeitos negativos nos resultados que se procuram obter.

Os exemplos recentes de projectos bem sucedidos na esfera militar e empresarial mostram que é possível e desejável tirar partido desta plasticidade cultural controlando-a no entanto com uma metodologia de actuação rigorosa que lhe dê consistência.

3.1. Os portugueses e os três modos de encarar a diversidade cultural

O modo de gerir a diversidade cultural tem variado de acordo com os pressupostos doutrinários. Em termos simplificados pode dizer-se que existem três principais modos de a encarar, de acordo com as doutrinas da **assimilação** cultural, da **integração** cultural e do **pluralismo** cultural (Winitzky, 1995):

- a **doutrina da assimilação cultural** parte de pressupostos etnocêntricos, considerando haver uma cultura-referência da qual todas as outras se devem aproximar; é a perspectiva típica das doutrinas racistas, e de todas as que partem de teorias evolucionistas hoje cientificamente postas em causa mas ainda com bastantes adeptos;
- a **doutrina da integração cultural** arranca do pressuposto mais generoso da igualdade do género humano e defende que, no mesmo espaço, todas as culturas devem misturar-se e transformar-se numa que delas resulte; a metáfora aplicável a esta perspectiva é a do *caldo de culturas* (*melting pot*); apesar de partir de pressupostos opostos do assimilacionismo, tal como aquela doutrina parece considerar a diversidade cultural como um mal a eliminar;
- contrariamente às anteriores, a **doutrina do pluralismo cultural** considera que a diversidade é um valor a preservar e que a sociedade enriquece o seu património ao preservar essa diversidade sob o guarda-chuva de um conjunto de valores e padrões de convivência comuns; a metáfora para este ponto de vista é a da *salada de culturas*; no domínio da educação, pode dizer-se que a corrente da educação intercultural é herdeira desta última doutrina, assumindo que a crescente **diversidade** étnica, linguística, de género, de estatuto social, e de capacidade de aprendizagem, que se observa nas sociedades contemporâneas, **deve ser considerada não só como problema mas também (e sobretudo) como recurso educativo.**

Da breve viagem que fizemos pelo pensamento dos dois autores brasileiros pode afirmar-se que, se o modo português de se relacionar com o Outro foi naturalmente influenciado pelas doutrinas da assimilação e da integração cultural, a verdade é que as condições objectivas em que o contacto de culturas ocorreu, condicionaram no terreno configurações de pluralismo cultural, com toda a riqueza e potencial que a sociedade brasileira hoje apresenta.

3.2. Uma estratégia prioritária: a educação para o desenvolvimento

É minha convicção que qualquer acção de cooperação deve ser feita no quadro de uma estratégia de educação para o desenvolvimento, cujas áreas-chave procuro equacionar no Quadro 3:

Quadro 3 — Áreas-Chave da Educação para o Desenvolvimento

| Áreas-chave | Aprendizagens |
|----------------------------|---|
| Áreas transversais: | |
| Mudança | <ul style="list-style-type: none"> • aprender a adaptar-se à mudança • aprender a gerir a mudança (planear, organizar e controlar a mudança) |
| Autonomia | <ul style="list-style-type: none"> • aprender a ser autónomo sem se insularizar no individualismo |
| Democracia | <ul style="list-style-type: none"> • aprender competências comunicacionais indispensáveis ao exercício da democracia (ler, escrever, falar e escutar) • aprender competências para o exercício da democracia representativa (escolher, respeitar e substituir representantes) • aprender competências para o exercício da democracia participativa (preparar, tomar e executar decisões) |
| Solidariedade | <ul style="list-style-type: none"> • aprender a ser solidário no espaço (nas dimensões individual²⁶, familiar, organizacional, comunitária, nacional e mundial) • aprender a ser solidário no tempo (para com as gerações futuras²⁷ e passadas²⁸) |
| Áreas específicas: | |
| Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • aprender a viver com qualidade protegendo o ambiente como património comum da humanidade actual e futura |
| População | <ul style="list-style-type: none"> • educação para a paternidade e maternidade responsáveis |
| Saúde | <ul style="list-style-type: none"> • educação para nutrição • educação para prevenção de doenças • formação sanitária básica |

| | |
|---------------------|--|
| Cidadania económica | <ul style="list-style-type: none"> • educação para produção • educação para gestão de recursos • educação para distribuição de bens e serviços • educação para consumo |
| Mulheres | <ul style="list-style-type: none"> • como agentes estratégicos de desenvolvimento • como agentes estratégicos de democratização |
| Interculturalidade | <ul style="list-style-type: none"> • educação para a identidade cultural • educação para a diversidade cultural • educação para o ecumenismo |

Fonte: Carmo, 1999.

Para que a cooperação ocorra neste quadro estratégico, parece ser evidente a exigência de que o cooperante se posicione doutrinariamente numa óptica multicultural, abdicando de qualquer perspectiva etnocêntrica.

Sem pretender branquear o modo como os portugueses se têm relacionado com outras populações ao longo do seu ciclo de vida como povo, é minha convicção que o seu **património existencial** os coloca numa posição privilegiada para desempenhar um papel útil e eficaz neste processo, auxiliados pelo poderoso instrumento de comunicação que é a **língua portuguesa**, por um quadro de valores partilhados, decorrente da presença de meio milénio de **cristianismo** e por **um estilo de interacção próprio**, que facilita o desenvolvimento da **inteligência emocional**.

3.3. O controlo do processo

Mas para que isto aconteça, será necessário instituir alguns mecanismos de controlo do processo de cooperação, que procurem atenuar as limitações até agora detectadas. Sem pretender ser exaustivo, aponto apenas quatro áreas em que tal cuidado será, a meu ver necessário:

- Relativamente à **população-cliente**, deverá estar sempre presente que as acções de cooperação só podem ser eficazes e eficientes se visarem a promoção da sua **cidadania**; em última análise a cooperação deverá ter por finalidade, através da **autonomização progressiva** da população, que o cooperante venha a deixar de ser necessário.
- Quanto às **parcerias** a estabelecer, estas deverão ser equacionadas num quadro de rigorosa **reciprocidade**, despidas de complexos de antigos colonizadores e colonizados, mas no quadro de uma **solidariedade realista**, convicta das vantagens mútuas que a cooperação tem para os protagonistas.

- Relativamente aos **voluntários** a utilizar, locais e internacionais, é conveniente não esquecer que estes não são meras ferramentas ao serviço dos projectos de cooperação mas devem ser igualmente considerados como *clientes* da intervenção, para o que devem ter o enquadramento e a formação adequados;
- Finalmente, relativamente a todos os **protagonistas** do processo, deverão ser proporcionadas **rotinas de formação contínua**, de modo a poderem planear adequadamente a sua intervenção face às várias contingências previstas e a *surf*ar sobre as inesperadas.

Terminaria, lembrando os ensinamentos do Dalailama que afirma, no seu modo budista de estar na vida que a verdadeira **Sabedoria** tem duas vertentes que se completam: o **Conhecimento** e a **Compaixão**.

A cooperação exige tecnicidade e vontade, ambas escoradas num quadro axiológico claro. Cooperação sem tecnicidade é meio caminho para o insucesso e para a manutenção da dependência. Mas se lhe faltarem os valores e as componentes emocionais que lhe dão consistência, o risco de neocolonialismo será grande.

É neste contexto de *fi*o de navalha que tenho a ousadia de sonhar que os portugueses, com o seu modo de ver o mundo e a vida, poderão dar uma modesta contribuição para a reabilitação dos países lusófonos devastados pela guerra.

Notas

¹ O presente trabalho constitui uma modesta contribuição do autor para a homenagem a Luis Sá, precocemente desaparecido do nosso convívio. O Doutor Luis Sá fazia parte da Comissão Organizadora do 1.º Congresso Internacional promovido pela Universidade Aberta sobre a *Guerra colonial: realidade e ficção*, onde este trabalho foi oralmente apresentado.

² Josué de Castro afirmava, na introdução do seu livro *Sete palmas de terra e um caixão*: **não** tencionamos escrever um livro **neutro**. (...) Não é este um ensaio de Sociologia clássica. De uma sociologia académica, espartilhada na camisa de forças de uma metodologia que sempre tentou separar, no sociólogo, o investigador do homem, limitando sempre a função do sociólogo à de um simples inventariante de tudo aquilo que se apresenta aos seus olhos, teleguiados por métodos de trabalho consagrados. O nosso estudo sociológico é o oposto deste género de ensaio. É um estudo de **sociologia participante** ou **comprometida**. De uma sociologia que **não teme interferir no processo** de mudança social com os seus achados e por isto mesmo não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes.

(...) No fundo, **a antiga sociologia era mais utópica do que científica**, e a sua utopia consistia exactamente no seu inconsciente desejo de que o processo social se imobilizasse,

HIPÓTESE SOBRE O CONTRIBUÍDO DOS PORTUGUESES À REABILITAÇÃO DOS PAÍSES

para ser melhor fotografado. Desta forma, **a antiga sociologia era bem mais comprometida do que a sociologia nova, cuja validade científica defendemos. Mas era comprometida com uma ideologia do imobilismo, de uma imagem estática da sociedade, considerada como uma coisa já feita, definitiva e perfeita, enquanto a nova sociologia considera a estrutura social como um processo em constante e rápida transformação. (negrito nosso).** (Cit. in Carmo, 1999:139).

³ Karlos Pérez de Armiño é investigador do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Economia Internacional da Universidade do país Basco — HEGOA, doutor em Estudos Internacionais e Ciência Política, tem desenvolvido investigação no domínio da segurança alimentar na África Subsahariana.

⁴ Civis e militares.

⁵ Religiosas e profanas.

⁶ Esta secção baseia-se numa reflexão feita anteriormente (Carmo, 1998).

⁷ Por exemplo: em contexto de cooperação educativa, porque usar a TV para programas em que se possa usar a rádio que é 7 vezes mais barata? Porque usar a conferência por computador quando se pode usar o telefone para atingir os mesmos objectivos de interactividade?

⁸ Esta secção baseia-se em grande parte no que escrevi num trabalho anterior (Carmo, 1999:41-42).

⁹ Trata-se de um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social — a que chamaremos **sistema-interventor** — se assume como **recurso social** de outra pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social — a que chamaremos **sistema-cliente** — com ele **interagindo** através de um **sistema de comunicações** diversificadas, com o objectivo de o ajudar a suprir um conjunto de **necessidades sociais**, potenciando **estímulos** e combatendo **obstáculos** à mudança pretendida (Carmo, 1999, 2000).

¹⁰ Em termos psicossociológicos poder-se-ia dizer que a escolha de observadores externos permitirá olhar mais detalhadamente a *área cega* da cultura portuguesa, o que seria difícil a um português imerso nessa mesma cultura. (Sobre este conceito vide Luft, J., 1968, **Introdução à dinâmica de grupos**, Lisboa, Moraes.)

¹¹ *Casa Grande e Senzala* (1933) foi um êxito editorial, quer no meio académico, pela metodologia interdisciplinar adoptada e pelo rigor com que apresentou os resultados alcançados, quer junto do grande público, pela clareza e qualidade literária do texto.

¹² Em 1951 sugeriu, numa intervenção em Goa, uma teorização dos fundamentos do lusotropicalismo no contexto de uma teoria de adaptação do ser humano aos Trópicos (a que chamou Tropicologia).

¹³ Em 1954 foi agraciado com o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Colúmbia, tendo-lhe sido atribuídos vários títulos académicos honoríficos por diversas conceituadas Universidades (Ex: Sorbonne, Coimbra). Gurvitch considerou-o (1956) *um dos maiores senão o maior sociólogo moderno* (Freyre, 1999:xii). Actualmente tem vindo a observar-se um movimento para a reabilitação das suas teses, que resistiram à erosão do tempo e dos homens, assumindo-se cada vez mais como clássicas.

¹⁴ *Será por essa independência intelectual e por essa criatividade admirável que Gilberto e Josué de Castro são detestados pela mediocridade?* (Ribeiro, 1997:122).

¹⁵ Sobre o seu mestre pode ler-se nas *Confissões: -Pierson era um excelente professor de sociologia, sistemático, dedicado, convicto de que cultivava uma ciência séria. (...) só tinha uma tristeza na vida. Seus melhores alunos, Oracy (Nogueira), Florestan (Fernandes) e eu, tinham, para seu paladar, um detestável sabor comunista-* (Ribeiro, 1997:125).

¹⁶ Sobre a contribuição de Donald Pierson para a Sociologia brasileira, cfr. Vila Nova, Sebastião, 1998, *Donald Pierson e a escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*, Lisboa, Vega.

¹⁷ Foi o primeiro Reitor da Universidade de Brasília e a ele se devem os primeiros esforços de criação de uma Universidade Aberta no Brasil, infelizmente refreados com a sua morte anunciada.

¹⁸ Entre outros cargos foi Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart (Jango) e mais tarde Senador.

¹⁹ Entre os mais conhecidos podem citar-se: *O processo civilizatório* (1968, 1997), *Os índios e a civilização* (1970, 1996), *Maira* (1976), *Utopia selvagem* (1982), *Migo* (1988), *Diários Índios* (1996) e *Confissões* (1997), a maior parte editados pela Companhia de Letras.

²⁰ Gordura.

²¹ Exemplos dessa riqueza multicultural observam-se em diversos domínios como na música, nas artes plásticas e nos sincretismos religiosos,

²² A *influência da igreja* é tratada por Darcy com bastante objectividade, tanto nos seus aspectos mais negativos e revoltantes sobretudo no primeiro século (op. cit.: 50-51), como no importante papel que desempenhou na defesa dos direitos dos índios e dos escravos, amaciando os duríssimos costumes do tempo (idem: 53-54). Da combinação, em doses variadas, de tolerância e intolerância cultural, resultou *um catolicismo popular muito mais discrepante que qualquer das heresias cristãs tão perseguidas em Portugal* (idem: 117).

²³ O *papel da igreja* é evidente quer na sua presença quer quando perde influência: por exemplo, com o desequilíbrio provocado pela expulsão dos jesuítas, os direitos humanos foram seriamente afectados, tanto pela escravização dos índios como pelo fortalecimento da camada oligárquica (idem:317).

²⁴ Foi o caso da *concentração* de índios nómadas junto das missões e da imposição de *vestuário*: a primeira medida, porque lhes destruiu os modos de vida tradicionais, com evidentes consequências anómicas e porque os expôs ao contágio de inúmeras enfermidades para as quais não estavam imunizados dizimando-os aos milhares; a segunda, porque os fez regredir em termos de hábitos de higiene ao patamar primitivo dos colonizadores, aumentando a taxa de morbidade (por exemplo dermatoses, doenças de mãos sujas, etc.) em função da falta de higiene introduzida com essa medida.

²⁵ Refere o autor que em 1800 a população brasileira havia recuperado a sua dimensão original de 5 milhões mas invertendo a composição inicial: agora era composta por 2 milhões de -brancos- do Brasil, (predominantemente mestiços), 1,5 milhões de escravos negros aculturados pela língua e pela religião, 500 mil índios aculturados e apenas 1 milhão de índios mantendo a cultura original (1998:151).

²⁶ Para com as crianças, adolescentes, adultos e idosos que integram as gerações vivas.

²⁷ A solidariedade com os nossos netos é fundamento do desenvolvimento sustentado.

²⁸ A defesa do património e a assunção da História em todas as suas facetas positivas e negativas integram a solidariedade com os antepassados.

Referências bibliográficas

- Armiño, Karlos Pérez de, 1997, *Guia da reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONG*, Bilbao, Hegoa.
- Carmo, H. 1998, *Cooperação, uma ferramenta com dois gumes: O caso do projecto EAD-Angola*, «Discursos», (15), Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H., 1999, *Desenvolvimento comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H., 2000, *Intervenção social com grupos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Castro Josué de, 1975, *Sete palmos de terra e um caixão*, Lisboa Seara Nova.
- Damásio, António, 1994, *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*, Lisboa, Europa-América.
- Drucker, P., 1986, *Inovação e gestão, uma nova concepção da estratégia das empresas*, Lisboa, Presença.
- Freyre, Gilberto, 1999, *Casa grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, Rio de Janeiro/S.Paulo, Record, 36.ª edição, 1.º edição de 1933.
- Golemann, Daniel, 1997a, *Inteligência emocional*, Lisboa, Temas e Debates.
- Golemann, Daniel, 1997b, *Trabalhar com inteligência emocional*, Lisboa, Círculo de leitores.
- Hess, Remi, 1982, *Sociologia de intervenção*, Lisboa, Rés.
- Mendes, Pedro Rosa, 1999, *Baía dos Tigres*, Lisboa, D. Quixote.
- Moreira, Adriano, 1984, *Metodologia Gilbertiana*, «Estudos Políticos e Sociais» (XII, 1-2), Lisboa ISCSP.
- Peters e Watermann, 1987, *Na Senda da Excelência*, Lisboa, D. Quixote.
- Pintasilgo, M. L., 1985, *Rumos de Mudança*, Porto, Afrontamento.
- Ribeiro, Darcy, 1997, *Confissões*, S. Paulo, Companhia das Letras.
- Ribeiro, Darcy, 1998, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, S. Paulo, Companhia das Letras, 2.ª edição de 1995.
- Winitzkly, Nancy (1995), *Salas de aula multiculturais e de ensino integrado*, in Arends, Richard I. (1995), *Aprender a ensinar*, Lisboa, McGraw-Hill, pp 141-183.